



PS

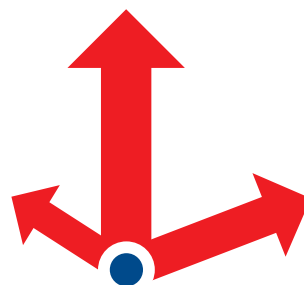
DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

PODER LOCAL MAIS FORTE:
MELHORES SERVIÇOS PÚBLICOS, MAIS CIDADANIA

FEV 2017

Um **Estado forte, inteligente e moderno** exige uma nova forma de governar. Uma forma de governar assente na proximidade, na simplificação e na eficácia. Uma forma de governar que garanta melhores serviços públicos para todos os cidadãos e em todo o País.

Com este objectivo, o Governo está a criar os instrumentos necessários para concretizar uma renovada **DESCENTRALIZAÇÃO** das competências da Administração Pública, que reforce o Poder Local e assegure todos os direitos de cidadania às populações.



DESCENTRALIZAR MAIS FORÇA ÀS AUTARQUIAS

A **DESCENTRALIZAÇÃO** valoriza a actuação das autarquias locais, permite uma governança de proximidade e uma cria condições para uma gestão mais eficiente dos recursos. Ao mesmo tempo reforça a democracia local porque garante melhores níveis de representação e de participação das populações nos processos decisórios.

A **DESCENTRALIZAÇÃO** é a pedra angular da reforma do Estado e uma oportunidade de utilizar os recursos públicos de forma mais eficaz e eficiente.

PORQUÊ DESCENTRALIZAR COMPETÊNCIAS?





Por um lado para reorganizar e simplificar os vários níveis de decisão do Estado, que por vezes se sobrepõem e podem causar complexidade desnecessária. Por outro porque os municípios e as freguesias são os entes públicos mais próximos das populações e do território, e por isso estão em melhores condições para responder às suas necessidades concretas, com maior eficiência e eficácia.



PORQUE QUEREMOS MUNICÍPIOS MAIS FORTES E COM MAIS COMPETÊNCIAS?

- Porque as autarquias conhecem de um modo profundo as populações e os territórios sobre os quais devem actuar, encontrando-se por isso nas **melhores condições para garantir serviços públicos de qualidade, otimizados e adaptados à realidade local**, em contacto permanente com os cidadãos.
- Porque assim o Estado garante a prestação de serviços públicos em **todos os territórios**, mesmo nos que apresentem baixa densidade populacional ou ligações mais difíceis, facilitando o acesso a todas as comunidades e pessoas, até em situações de distanciamento e mobilidade limitada.



- Porque municípios e freguesias com maiores competências garantem que todos os cidadãos podem fruir dos serviços públicos e dos direitos de cidadania que lhe são devidos, independentemente do seu lugar de residência e distância relativamente aos grandes centros -- isto é: garantia de **universalidade do serviço público** e de **igualdade de oportunidades** no acesso ao mesmo. 
- Porque uma boa distribuição dos serviços públicos aumenta a capacidade das áreas menos centrais para **reter e atrair população**, criando dinamismo, oportunidades e crescimento.
- Porque o reforço do poder de decisão dos entes públicos mais próximos dos cidadãos facilita a **participação democrática** das populações, e uma melhor **defesa dos interesses regionais e dos agentes económicos locais**. 
- Porque reforça a **cooperação intermunicipal**, o papel dos Municípios e das Freguesias na gestão de **serviços públicos de proximidade**, e a **racionalização das redes** de serviços, com garantias de **proximidade** e de **igualdade** dos utentes que deles necessitam. 
- Porque dota as autarquias de competências de articulação em rede das entidades que atuam no terceiro setor, no âmbito do **apoio, coesão e inclusão sociais, saúde, educação, cultura, emprego**, de modo a que os diversos atores partilhem recursos e sigam estratégias alinhadas e complementares. 

QUAIS SÃO ENTÃO OS PRINCIPAIS OBJETIVOS DA DESCENTRALIZAÇÃO?

Acelerar a reforma do Estado | Reforçar e aprofundar a autonomia local | Criar uma maior proximidade entre decisores públicos, cidadãos e território | Assegurar eficiência e eficácia nos serviços públicos prestados aos cidadãos | Garantir que todos, em todo o País, têm acesso aos mesmos serviços públicos e gozam da plenitude dos seus direitos de cidadania | Aumentar a participação das Autarquias na receita pública.

PARA ISTO, VÃO SER DADOS MAIS MEIOS ÀS AUTARQUIAS?

Sim. Este reforço das atribuições e dos poderes de municípios e freguesias depende da adequação dos seus meios humanos, materiais e financeiros, o que importa a transferência dos mesmos para as autarquias e a sua correspondente redistribuição em função das necessidades locais.

Serão também transferidos para autarquias: os recursos patrimoniais (imóveis e equipamentos) necessários -- para que sejam geridos pelas Autarquias Locais; os recursos humanos correspondentes; as competências para que possam organizar os seus novos serviços e equipamentos da forma que considerem mais adequada, todos sem prejuízo de funções que se devam manter de âmbito nacional.

EM QUE ÁREAS VÃO AS AUTARQUIAS TER MAIS COMPETÊNCIAS? HÁ EXEMPLOS?

São muitas as áreas e as competências que o Governo e o Partido Socialista pretendem transferir para os poderes locais (ver a seguir).

Este é um processo que pela sua importância está a ser cumprido em conjunto com a ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias) e a ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses), através de grupos de trabalho temáticos.

EXEMPLOS DE PODERES A TRANSFERIR PARA OS MUNICIPIOS

Na Educação: gestão e investimento em estabelecimentos de educação e ensino, incluindo a sua construção, equipamento a manutenção | fornecimento de refeições e gestão dos refeitórios escolares | apoio a crianças e alunos através da ação social escolar | recrutamento, seleção e gestão de pessoal não docente | organização de atividades de enriquecimento curricular, em articulação com os agrupamentos de escolas | promoção da escolaridade obrigatória | participação na organização da segurança escolar.

Na Ação Social: gestão de serviços de atendimento e de acompanhamento social | elaboração das Cartas Sociais Municipais, incluindo o mapeamento de respostas existentes ao nível dos equipamentos sociais e a articulação com as prioridades de nível nacional e regional | atividades de animação e apoio à família para as crianças que frequentam o ensino pré-escolar | diagnóstico técnico e acompanhamento de atribuição de prestações pecuniárias em situações de carência económica e de risco social | estabelecimento de contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção | programas nas áreas de conforto habitacional para pessoas idosas | execução do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social, em articulação com os Conselhos Locais de Ação Social.

Na Saúde: participação no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos a novas unidades de cuidados de saúde primários, nomeadamente na sua construção, equipamento e manutenção | gestão, manutenção e conservação de equipamentos afetos aos cuidados de saúde primários | gestão de serviços de apoio logístico das unidades funcionais dos ACES que integram o SNS | participação nos programas de promoção de saúde pública, comunitária e vida saudável e de envelhecimento ativo.

Na Proteção Civil: aprovação de planos municipais de emergência de proteção civil | apoio às equipas de intervenção permanente das Associações de Bombeiros Voluntários | participação na gestão dos sistemas de videovigilância e de vigilância móvel no âmbito da defesa da floresta contra incêndios | funcionamento do centro de coordenação operacional municipal.

Na Cultura: gestão, valorização e conservação de património cultural que, sendo classificado, se considere de âmbito local | gestão, valorização e conservação de museus que não sejam museus nacionais.

Na Gestão do Património: gestão do património imobiliário público devoluto sem utilização | avaliação e reavaliação de imóveis.

Na Habitação: gestão de programas de apoio ao arrendamento urbano e à reabilitação urbana | gestão de bens imóveis destinados à habitação social que integrem o parque habitacional da administração direta e indireta do Estado.

Na Gestão Portuária: gestão das áreas afetas à atividade de náutica de recreio | gestão das áreas dos portos de pesca secundários | gestão das áreas sob jurisdição dos portos sem utilização portuária | gestão das áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária | licenciamento, gestão e fiscalização das áreas portuário-marítimas e urbanas não afetas à atividade portuária.

Na Gestão das Praias: gestão de equipamentos, infraestruturas e higiene públicas.

Na Gestão do Cadastro Rústico e Gestão Florestal: operações de elaboração e recolha de informação cadastral | participação no ordenamento, gestão e intervenção de âmbito florestal.

No Transportes e Vias de Comunicação: gestão de todas as estradas nos perímetros urbanos e dos equipamentos e infraestruturas neles integrados | licenciamento do transporte regular fluvial ou marítimo ou em outras vias navegáveis de passageiros.

No Atendimento ao Cidadão: instituição e gestão de Gabinetes de Apoio aos Emigrantes | instalação de novas Lojas do Cidadão e Espaços do Cidadão, em articulação com a rede nacional de Lojas do Cidadão | constituição e gestão de Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes.

No Policiamento de Proximidade: participação na definição do modelo de policiamento de proximidade, em articulação com as forças de segurança.

Na Proteção e Saúde Animal: exercício de poderes de autoridade nas áreas de produção, proteção, saúde animal e controlo da população dos animais de companhia.

Na Segurança Alimentar: exercício de poderes de controlo e de autoridade na área da segurança alimentar, sem prejuízo das competências dos órgãos de polícia criminal.

Segurança Contra Incêndios: apreciação de projetos e medidas de autoproteção, realização de vistorias e inspeções a edifícios classificados na primeira categoria de risco no âmbito do regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios.

No Estacionamento Público: regularização, fiscalização, instrução e decisão em procedimentos contraordenacionais rodoviários em matéria de estacionamento nas vias e espaços públicos dentro das localidades, para além dos destinados a parques ou zonas de estacionamento.

Modalidades Afins de Jogos de Fortuna e Azar: autorização para exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, com exceção dos jogos sociais e apostas desportivas à cota de base territorial.

E QUANTO ÀS FREGUESIAS?

Instalação e gestão dos Espaços do Cidadão, em articulação com a rede nacional de Lojas do Cidadão e com os municípios | Gestão e manutenção de espaços verdes | Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros | Manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão | Gestão e manutenção corrente de feiras e mercados | Realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico e manutenção dos espaços envolventes | Utilização e ocupação da via pública | Afixação de publicidade de natureza comercial | Autorização da atividade de exploração de máquinas de diversão | Autorização para colocação de recintos improvisados | Autorização para realização de espetáculos desportivos e divertimentos na via pública, jardins e outros lugares públicos ao ar livre, desde que estes se realizem exclusivamente na sua área de jurisdição | Autorização para realização de acampamentos ocasionais | Autorização para realização de fogueiras, queimadas, lançamento e queima de artigos pirotécnicos.

E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS (COM A PARTICIPAÇÃO DOS MUNICIPIOS)?

Planeamento intermunicipal da rede de transporte escolar | Planeamento intermunicipal da rede de educação e formação profissional de nível intermunicipal (segundo critérios centrais) | Definição de prioridades na oferta de cursos de formação profissional a nível intermunicipal | Participação na organização e planeamento das respostas e equipamentos sociais de âmbito supraconcelhio | Elaboração das Cartas Sociais para identificação de prioridades e respostas sociais a nível intermunicipal | Participação na definição da rede de unidades de cuidados de saúde primários e de unidades de cuidados continuados de âmbito intermunicipal | Emissão de parecer sobre acordos em matéria de cuidados de saúde primários e de cuidados continuados | Designação de representante nos órgãos de gestão das unidades locais de saúde, na respetiva área de influência | Presidência do conselho consultivo das unidades de saúde do setor público administrativo ou entidades públicas empresárias | Participação na definição da rede dos quartéis de bombeiros voluntários e na elaboração de programas de apoio às corporações de bombeiros voluntários | Elaboração de propostas para definição da rede de julgados de paz | Participação em ações ou projetos de combate à violência doméstica, apoio às vítimas de crimes e reinserção social de delinquentes | Desenvolvimento da promoção turística interna sub-regional, em articulação com as Entidades Regionais de Turismo | Participação na gestão dos portos de âmbito regional | Gestão de projetos financiados com fundos europeus | Participação na gestão das áreas protegidas | Gestão de programas de captação de investimento.

E PARA QUANDO ESTA DESCENTRALIZAÇÃO?

O Governo quer que os autarcas escolhidos nas próximas Eleições Autárquicas já disponham das novas atribuições e competências resultantes deste movimento de descentralização. Como tal, o seu início pleno está previsto para o início do ano de 2018, podendo a sua concretização ser faseada até ao final do ano de 2021.